

COLEÇÃO FÓRUM

MENEZES
NIEBUHR

JOEL DE MENEZES NIEBUHR

LICITAÇÃO PÚBLICA
E CONTRATO ADMINISTRATIVO

7ª edição revista e ampliada

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2024

© 2008 1ª edição Zênite
© 2011 2ª edição Editora Fórum Ltda.
2013 3ª edição
2015 4ª edição
2022 5ª edição
2023 6ª edição
2024 7ª edição

COLEÇÃO FÓRUM

**MENEZES
NIEBUHR**

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Emperho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

N665l Niebuhr, Joel de Menezes

Licitação pública e contrato administrativo / Joel de Menezes Niebuhr. – 7. ed. –. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

1269 p. 17x24cm
ISBN 978-65-5518-677-2

1. Direito. 2. Direito administrativo. 3. Licitações. 4. Contratos administrativos. I. Título.

CDD: 342
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 1269 p. ISBN 978-65-5518-677-2.

SUMÁRIO

Capítulo 1	
REGIME CONSTITUCIONAL DA LICITAÇÃO PÚBLICA E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 33	
1	A supremacia constitucional sobre a licitação pública e o contrato administrativo 33
2	Normas constitucionais sobre licitação pública e contrato administrativo 34
2.1	Caput do artigo 5º da Constituição Federal: o princípio da isonomia como gênese da licitação pública..... 34
2.2	A licitação pública diante da tensão entre as formalidades decorrentes do princípio da isonomia e da proteção ao interesse público e a busca pela proposta mais vantajosa..... 37
2.3	Inciso XXVII do artigo 22 da Constituição Federal 41
2.4	Inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal 41
2.4.1	Obrigatoriedade de licitação pública e excepcionalidade da contratação direta..... 42
2.4.2	Intangibilidade da equação econômica e financeira 44
2.4.3	Princípio da competitividade 45
2.5	Inciso III do §1º do artigo 173 da Constituição Federal 46
2.6	Caput do artigo 175 da Constituição Federal..... 47
Capítulo 2	
REGIME LEGAL DA LICITAÇÃO PÚBLICA E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 53	
1	Legislação sobre licitação pública e contrato administrativo 53
1.1	A competência da União para dispor sobre as normas gerais de licitação pública e contrato administrativo..... 53
1.2	O regime “antigo” de licitação pública e contrato administrativo: a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002 e a Lei nº 12.462/2011 55
1.3	O regime de licitação pública e contrato das empresas estatais: Lei nº 13.303/2016 56
1.4	Legislação esparsa sobre licitação pública e contrato administrativo..... 57
1.5	O regime “novo” de licitação pública e contrato administrativo: a Lei nº 14.133/2021 57
2	Vigência da Lei nº 14.133/2021 e regime de transição..... 58
2.1	Vigência 58
2.2	Período de convivência entre a Lei nº 14.133/2021 e o regime antigo..... 58
2.3	A vedação à combinação entre os regimes novo e antigo de licitação pública e contrato administrativo 60
2.4	O regime de transição dos contratos 62
2.5	Licitações sob o regime antigo iniciadas e não concluídas no biênio 64
2.6	Contratação direta 70
2.7	A revogação imediata dos crimes da Lei nº 8.666/1993 71
2.8	Regras especiais para municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes 72
2.9	Regulamentação 73
3	Entidades obrigadas a realizar licitação pública 75
3.1	Administração direta e indireta 75
3.1.1	Exceções à regra da obrigatoriedade de licitação para entidades da Administração direta e indireta 76
3.2	Empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias 78
3.3	Entidades do terceiro setor 80
3.4	Conselhos profissionais..... 84
3.5	Ordem dos Advogados do Brasil..... 85
3.6	Serviços sociais autônomos..... 86
Capítulo 3	
PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 91	
1	Princípios jurídicos..... 91
2	Princípios jurídicos da licitação pública e do contrato administrativo 97
3	Princípio da isonomia..... 98
4	Princípios da eficiência, da eficácia, da economicidade e da celeridade..... 99
5	Princípio da legalidade..... 103
6	Princípio da vinculação ao edital..... 104
7	Princípios da moralidade e da probidade 107
8	Princípio da publicidade 109
9	Princípio da competitividade 111

10	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	113
11	Princípio do julgamento objetivo.....	115
12	Princípio da impessoalidade	115
13	Princípio da segregação de funções.....	116
14	Princípio do planejamento.....	121
15	Princípio da segurança jurídica.....	123
16	Princípio do interesse público	126
17	Princípio da motivação.....	129
18	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	132

Capítulo 4

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA		135
1	As modalidades de contratação direta: inexigibilidade e dispensa de licitação pública.....	135
2	A norma constitucional que reconhece a licitação pública como regra e a contratação direta como exceção	137
3	Processo de contratação direta	141
4	Os agentes que devem participar da condução de processo de contratação direta	143
5	Definição do objeto da contratação direta	145
6	Projeto básico para contratação emergencial	146
7	Estimativa de despesas e previsão de recursos orçamentários	149
8	Seleção do contratado.....	152
8.1	O direito dos interessados de apresentarem propostas em processo de contratação direta.....	155
8.2	Qualificação do contratado.....	157
9	Parecer jurídico	158
10	Autorização da autoridade competente.....	159
11	Publicação.....	159
12	Dispensa de licitação eletrônica	159

Capítulo 5

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA.....		165
1	Considerações gerais	165
2	Exclusividade do contratado	166
2.1	Abrangência da exclusividade para compras, serviços e todos os gêneros de contratação em que se verifique a exclusividade	166
2.2	A compreensão dos diversos tipos de singularidade	167
2.3	O critério administrativo para a definição do objeto exclusivo.....	169
2.4	Limitação geográfica da exclusividade.....	177
2.5	Comprovação da exclusividade	178
2.5.1	Comprovação da exclusividade por meio de cartas patentes.....	184
3	Inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos	189
4	Serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular	196
4.1	Considerações gerais	196
4.2	A lista de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual é meramente exemplificativa... ..	197
4.3	A distinção entre serviços exclusivos e serviços singulares.....	198
4.4	A obrigatoriedade da qualificação do serviço como singular diante da redação do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.....	201
4.5	Notória especialização.....	209
4.6	Inexigibilidade para contratação de serviços jurídicos ou advocatícios	215
4.6.1	Excepcionalidade da contratação de advogados estranhos aos quadros da Administração Pública.....	217
4.6.2	A jurisprudência sobre a contratação de advogados por inexigibilidade de licitação pública	222
4.6.3	A presunção de singularidade dos serviços advocatícios prestados por notórios especialistas prescrita no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.904/1994)	228
5	Inexigibilidade em decorrência de credenciamento.....	234
5.1	A hipótese tradicional de credenciamento diante da ausência de relação de exclusão.....	234
5.2	A hipótese de credenciamento para objetos insertos em mercados fluidos.....	241
5.3	Procedimento de credenciamento.....	242
6	Inexigibilidade para aquisição ou locação de imóvel	246
7	Inexigibilidade em contratos interadministrativos	250
7.1	Autarquias e fundações	251
7.2	Empresas públicas e sociedades de economia mista	252
7.2.1	Contratação de empresas públicas e sociedades de economia mista para a prestação de atividade econômica em sentido estrito	253
7.2.2	Contratação de empresas públicas e sociedades de economia mista para a prestação de serviços públicos.....	254
7.2.3	Contratação de empresas públicas e sociedades de economia mista para prestarem atividades administrativas instrumentais	255
7.3	Concessionário e permissionário de serviço público.....	259

Capítulo 6

DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA		261
1	Considerações gerais	261
2	Dispensa em razão do valor do contrato	263
2.1	Noções gerais	263
2.2	Desproporcionalidade dos valores prescritos pelo legislador.....	265
2.3	Valor-limite de dispensa de licitação é norma geral?.....	268
2.4	Conceito de obras e serviços de engenharia.....	270
2.5	Previsão casuística e arbitrária dos serviços de manutenção de veículos automotores no inciso I do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021	271
2.6	Conceito de serviços de manutenção de veículos automotores	272
2.7	Fracionamento indevido do objeto	274
2.8	Fracionamento indevido do objeto para a contratação de serviços de manutenção de veículos automotores	278
2.9	Situações imprevisíveis	280
2.10	As alterações contratuais e os limites das dispensas dos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021	281
2.11	A prorrogação de contratos e os limites das dispensas dos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.....	283
2.12	Dispensa de licitação em razão do valor do contrato e a preferência a microempresas e empresas de pequeno porte	284
3	Dispensa em razão de licitação fracassada	286
4	Dispensa em razão do objeto	289
4.1	Peças para manutenção de equipamentos	289
4.2	Acordo internacional	290
4.3	Produtos para pesquisa e desenvolvimento.....	292
4.4	Transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida	293
4.5	Gêneros perecíveis	295
4.6	Bens e serviços que envolvam alta tecnologia e defesa nacional	296
4.7	Aquisição de bens padronizados pelas Forças Armadas	296
4.8	Dispensa para atender contingentes militares empregados em operação de paz.....	297
4.9	Dispensa para atender a efetivos militares em estada de curta duração	298
4.10	Dispensa para a contratação de associação ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.....	298
4.11	Dispensa para a aquisição ou restauração de obras de arte e de objetos históricos.....	299
4.12	Dispensa para contratação de objetos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas conforme a Lei de Combate às Organizações Criminosas.....	300
4.13	Dispensa para a aquisição de medicamentos para o tratamento de doenças raras.....	300
5	Dispensa para contratação de inovação e pesquisa científica e tecnológica.....	301
6	Dispensa para contratação que possa comprometer a segurança nacional.....	303
7	Dispensa provocada por guerra ou grave perturbação da ordem.....	304
8	Dispensa em razão de emergência.....	305
8.1	Noções gerais	305
8.2	Caracterização da situação emergencial	309
8.3	Emergência provocada pela desídia de agentes administrativos	312
8.4	Preço de contratos emergenciais.....	313
8.5	Prazo do contrato firmado em razão de situação emergencial.....	315
9	Dispensa para contratos interadministrativos.....	318
10	Dispensa para intervenção no domínio econômico	319
11	Dispensa para a celebração de contratos de programa	320
12	Transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS)	321
13	Contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critério de técnica	322
14	Dispensa para a contratação de associação de portadores de deficiência física	323
15	Dispensa para a contratação de instituição de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação.....	324
16	Aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos por fundação dedicada a apoiar a Administração Pública.....	327

Capítulo 7

DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA PARA A DISPOSIÇÃO DE BENS PÚBLICOS		331
1	Considerações gerais	331
2	Doação em pagamento	333
3	Doação.....	334
4	Permuta.....	338
5	Investidura	340
5.1	Investidura para imóveis lindeiros.....	341
5.2	Investidura para imóveis anexos a usinas hidrelétricas	343
6	Venda de bens a outro órgão administrativo	344
7	Imóveis utilizados em programas de interesse social.....	345
8	Outras questões fundiárias	348
9	Venda de ações e de títulos	350
10	Venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades administrativas.....	350

11	Venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível.....	352
12	Concessão de direito real de uso.....	352

Capítulo 8

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COMO INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA.....		355
1	Panorama geral sobre a utilização das licitações e contratos como instrumentos de políticas públicas.....	355
1.1	A promoção de políticas públicas como uma das finalidades das licitações e contratos administrativos.....	355
1.2	Ressalvas em relação à utilização das licitações e contratos administrativos como instrumentos de política pública.....	357
1.3	A promoção de políticas públicas na Lei nº 14.133/2021.....	362
2	Regime de privilégios concedidos em favor das microempresas e empresas de pequeno porte.....	365
2.1	Breve contextualização normativa.....	365
2.1.1	Órgãos e entidades administrativas obrigadas a conceder os benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte.....	367
2.1.2	As discussões sobre a constitucionalidade dos privilégios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte.....	368
2.2	O enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte e as fraudes recorrentes.....	368
2.2.1	O enquadramento como microempresas e empresas de pequeno porte em razão da receita bruta.....	368
2.2.1.1	O desenquadramento como microempresas e empresas de pequeno porte em razão da receita bruta.....	370
2.2.1.2	Direito à revisão do contrato em razão da exclusão do regime das microempresas e empresas de pequeno porte.....	373
2.2.2	O enquadramento de microempresas e empresas de pequeno porte coligadas ou congêneres.....	374
2.2.3	Os limites para usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 em licitações e contratos administrativos prescritos na Lei nº 14.133/2021.....	376
2.2.4	As fraudes recorrentes.....	378
2.3	Regularidade fiscal e trabalhista.....	383
2.4	Direito de preferência às microempresas e às empresas de pequeno porte em licitação pública.....	387
2.4.1	A aplicação do direito de preferência nas licitações julgadas pelo critério da técnica e preço e a não aplicação em relação às licitações julgadas pelo critério da melhor técnica ou conteúdo artístico.....	388
2.4.2	Procedimento para o exercício do direito de preferência.....	389
2.4.3	Procedimento para o direito de preferência nas licitações julgadas sob o critério da técnica e preço.....	390
2.5	Tratamento diferenciado e simplificado.....	391
2.5.1	Licitação destinada exclusivamente às microempresas e às empresas de pequeno porte e sua inconstitucionalidade.....	392
2.5.2	Licitação exclusiva deserta.....	394
2.5.3	Definição de licitação exclusiva em licitação para registro de preços com quantitativos previstos para órgão gerenciador, órgãos participantes e órgãos não participantes.....	395
2.5.4	Licitação com cota reservada e sua inconstitucionalidade.....	397
2.5.4.1	A cota reservada de até 25% deve ser limitada a R\$80.000,00.....	398
2.5.4.2	Cota reservada e registro de preços ou compras com entregas parceladas.....	402
2.5.4.3	Licitação exclusiva ou com cota reservada não autoriza sobrepreço.....	403
2.5.5	Subcontratação compulsória de microempresa e empresa de pequeno porte e sua inconstitucionalidade.....	405
2.5.6	Prioridade do tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.....	408
2.5.7	Hipóteses excludentes do tratamento diferenciado e simplificado.....	411
2.5.7.1	Inexistência de três microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente capazes de cumprir as exigências do edital.....	411
2.5.7.2	Desvantagem do tratamento diferenciado e simplificado.....	413
2.5.8	Licitação dispensável ou inexigível.....	415
2.6	Cédula de crédito microempresarial.....	417
2.7	A apresentação de balanço patrimonial por parte das microempresas e empresas de pequeno porte como condição de habilitação.....	418
3	Licitações sustentáveis sob a perspectiva ambiental/ecológica.....	419
4	Margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais.....	424
4.1	Discricionariedade para a aplicação da margem de preferência.....	425
4.2	A definição da margem de preferência.....	426
4.3	Medidas de compensação.....	428
5	A preferência para bens e serviços de informática nacionais.....	429
5.1	Preferência e restrição de acesso às licitações e contratos administrativos em favor de bens e serviços de informática nacionais.....	429
5.2	Inconstitucionalidade da restrição de acesso à licitação apenas aos que cumprem o Processo Produtivo Básico.....	432
5.3	Entendimento do Tribunal de Contas da União sobre o Processo Produtivo Básico e sobre a inconstitucionalidade da restrição de acesso às licitações e contratos administrativos.....	433
5.4	O direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010.....	438
6	A concorrência entre preferências.....	438

Capítulo 9

ETAPA PREPARATÓRIA.....		443
1	O princípio do planejamento e a etapa preparatória das licitações e dos contratos administrativos.....	443
2	A inspiração burocrática disfuncional.....	444
3	Governança.....	446

3.1	Governança pública	447
3.1.1	Governança de acordo com a Lei nº 14.133/2021	449
3.1.2	Governança de acordo com a Portaria Seges/ME nº 8.678/2021	452
4	Plano de Contratações Anual	453
5	Estudo técnico preliminar	458
5.1	A obrigatoriedade do estudo técnico preliminar	460
5.2	Não obrigatoriedade de publicação do estudo técnico preliminar como anexo ao edital	462
6	Documentos técnicos que devem acompanhar o edital	463
6.1	Termo de referência.....	463
6.2	Projeto básico	466
6.2.1	Adequado tratamento do impacto ambiental.....	468
6.3	Projeto executivo	469
6.4	Anteprojeto.....	470
7	Condicionantes da Lei nº 14.133/2021 sobre o objeto das licitações e dos contratos administrativos.....	471
7.1	Descrição do objeto da licitação	471
7.2	Proibição de aquisição de artigos de luxo	474
7.3	Aderência às normas técnicas e certificações	475
7.4	Padronização.....	477
7.5	Exigência de marcas.....	480
7.6	Carta de solidariedade do fabricante	483
7.7	Previsão de quantitativos.....	484
7.8	O princípio do parcelamento do objeto, adjudicação por itens, lotes ou preço global	485
7.9	Contratação simultânea.....	490
8	Orçamento estimado e adequação orçamentária	491
8.1	A importância do orçamento estimado.....	491
8.2	Orçamento estimado e preço máximo.....	492
8.3	Momento de definir o orçamento estimado	493
8.4	Procedimento para realizar a pesquisa de preços	495
8.5	Critério para definir o orçamento estimado.....	500
8.6	Orçamento estimado em obras e serviços de engenharia	502
8.7	Orçamento estimado em contratação integrada e semi-integrada	504
8.8	Orçamento estimado em contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC).....	505
8.9	Orçamento estimado em contratação de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva	506
8.10	A competência discricionária para decretar o sigilo sobre o orçamento estimado	506
8.11	Adequação orçamentária	508
8.12	Cumprimento dos incisos I e II do <i>caput</i> do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)	509
9	Definição do regime de execução.....	510
9.1	Considerações gerais	510
9.2	Empreitada por preço unitário e global	511
9.3	Empreitada integral	514
9.4	Tarefa.....	515
9.5	Contratação integrada e contratação semi-integrada	515
9.5.1	Contratação integrada	517
9.5.1.1	Requisitos para a utilização da contratação integrada	519
9.5.2	Contratação semi-integrada.....	523
9.6	Fornecimento e prestação de serviço associado	525
10	Edital	527
10.1	Motivação circunstanciada das condições do edital	528
11	Análise de risco e matriz de risco	529
11.1	Análise de risco do metaprocesso de contratação pública	529
11.2	Análise de riscos dos processos específicos de contratação pública.....	531
11.3	Matriz de alocação de riscos.....	532
12	Procedimento de manifestação de interesse.....	536
13	Aprovação jurídica.....	538

Capítulo 10

COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DOS AGENTES ADMINISTRATIVOS QUE ATUAM EM LICITAÇÃO PÚBLICA		541
1	Administração Pública do medo.....	541
2	A importância da LINDB em relação à responsabilização de agentes públicos e a frustração de suas normas em razão da interpretação dos órgãos de controle	546
3	Agentes administrativos atuantes nas licitações públicas	553
3.1	Agentes administrativos atuantes nas licitações públicas de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 10.520/2002.....	553
3.2	Agentes administrativos atuantes nas licitações públicas de acordo com a Lei nº 14.133/2021	555
3.3	Autoridade competente.....	555
3.3.1	Quem é a autoridade competente?	555
3.3.2	As atribuições da autoridade competente	557

3.3.2.1	A designação dos agentes administrativos por parte da autoridade competente.....	558
3.3.3	Responsabilidade da autoridade competente.....	560
3.4	Agente de contratação, pregoeiro e comissão de contratação	565
3.4.1	Designação da comissão de licitação	568
3.4.2	A designação do agente de contratação e pregoeiro e a obrigatoriedade de serem servidores efetivos ou empregados públicos integrantes dos quadros permanentes da Administração Pública	569
3.4.3	Regras para a designação de comissão de contratação, agente de contratação e pregoeiro	572
3.4.4	As atribuições do agente de contratação, do pregoeiro e da comissão de contratação	573
3.4.5	A responsabilidade do agente de contratação, do pregoeiro e da comissão de contratação	577
3.5	Equipe de apoio	580
3.6	Assessoria jurídica.....	581
3.6.1	Atribuições da assessoria jurídica	581
3.6.2	Dispensa de análise jurídica	582
3.6.3	O conteúdo do parecer jurídico	584
3.6.4	O parecer jurídico não é vinculante.....	587
3.6.5	A responsabilidade do assessor jurídico pela emissão de parecer jurídico.....	588
3.6.5.1	A inviolabilidade constitucional dos advogados por seus atos e manifestações no exercício da profissão.....	588
3.6.5.2	O protagonismo do artigo 184 do Código de Processo Civil: advogados públicos somente podem ser responsabilizados em razão dos seus atos e manifestações no exercício da profissão em casos de dolo ou fraude	590
3.6.5.3	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	592
3.6.5.4	A jurisprudência do Tribunal de Contas da União	595
3.6.6	A responsabilidade dos agentes administrativos que decidem com base em pareceres jurídicos	599
3.7	O dever da advocacia pública de promover a defesa de agentes administrativos que atuaram em estrita observância de orientação constante de parecer jurídico.....	603
3.7.1	Seguro de responsabilidade.....	605
4	Conflito de interesses.....	606

Capítulo 11

MODALIDADES DE LICITAÇÃO PÚBLICA		611
1	Considerações gerais	611
1.1	Panorama histórico das modalidades de licitação até o advento da Lei nº 14.133/2021	611
1.2	Panorama geral das modalidades de licitação na Lei nº 14.133/2021	613
1.3	Modalidades especiais de licitação	614
2	O critério determinante para a utilização das modalidades pregão e concorrência: bens e serviços comuns e especiais	615
2.1	Considerações gerais	615
2.2	Bens e serviços comuns	616
2.3	Bens e serviços especiais	619
2.4	A preferência à modalidade pregão	620
2.4.1	Modalidade pregão obrigatória para bens e serviços comuns	622
2.5	As modalidades adequadas para obras e serviços de engenharia.....	623
2.5.1	Perspectiva histórica diante da Lei nº 10.520/2002	623
2.5.2	As modalidades adequadas para obras e serviços de engenharia de acordo com a Lei nº 14.133/2021	627
2.5.3	Serviços de engenharia consultiva.....	628
2.6	Serviços de natureza predominantemente intelectual.....	630
2.7	Contratações de tecnologia da informação e de comunicação	631
2.8	A modalidade pregão venceu.....	633
3	Concurso.....	634
4	Leilão	635
5	Diálogo competitivo.....	637
5.1	Considerações gerais	637
5.2	Outros instrumentos de diálogo em contratação pública	638
5.3	Cabimento da modalidade diálogo competitivo	639
5.4	Procedimento da modalidade diálogo competitivo.....	640
6	Modalidade especial de licitação da Lei Complementar nº 182/2021.....	643
6.1	Considerações gerais	643
6.2	Cabimento da modalidade especial de licitação da Lei Complementar nº 182/2021.....	643
6.3	Características da modalidade especial de licitação da Lei Complementar nº 182/2021.....	644
7	Modalidade especial para a contratação de serviços de publicidade	647
7.1	Características da modalidade especial de licitação para a contratação de serviços de publicidade	648

Capítulo 12

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DA LEI Nº 14.133/2021.....		655
1	A estrutura procedimental da Lei nº 14.133/2021	655
2	Licitação eletrônica e presencial.....	660
2.1	Considerações gerais	660
2.2	As vantagens da licitação eletrônica em relação à presencial.....	661
2.3	Desvantagens da licitação eletrônica em relação à presencial.....	663

2.4	Preferência à licitação eletrônica	665
3	Edital	669
3.1	Princípio da vinculação ao edital	669
3.2	Publicidade do edital	670
3.3	Prazo de publicidade dos avisos de editais	671
3.4	Alterações no edital	672
3.5	Impugnação e pedidos de esclarecimento sobre o edital	673
3.6	Contestação judicial do edital por licitante ou interessado que não o impugnou a tempo	675
4	Saneamento de vícios	676
4.1	Formalidades	676
4.2	Saneamento de vícios: panorama histórico até o advento da Lei nº 14.133/2021	678
4.3	Saneamento de vícios na Lei nº 14.133/2021	683
4.4	A posição do Tribunal de Contas da União diante da Lei nº 14.133/2021	686
4.5	O dever-poder geral de diligência	689
4.6	A obrigatoriedade de observância aos princípios da publicidade e do contraditório na realização de diligência	691
5	Recursos	692
6	Encerramento da licitação	696
6.1	Autoridade superior	696
6.2	Adjudicação e homologação	697
6.3	A anulação é medida excepcional	698
6.4	A revogação é medida excepcional	701
6.5	Contraditório e ampla defesa como condição para o desfazimento da licitação	702
6.6	A anulação ou revogação promovida pela autoridade na fase de homologação implica dever de indenização	704

Capítulo 13

AS RESTRIÇÕES AO DIREITO DE ACESSO ÀS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		707
1	Considerações gerais	707
2	Impedimento para participar de licitações e celebrar contratos administrativos	708
2.1	Considerações gerais	708
2.2	As hipóteses de impedimento são taxativas	708
2.3	Impedimento para os autores dos projetos ou documentos equivalentes	711
2.4	Impedimento para agentes públicos e para pessoas com vínculos especiais com agentes públicos	715
2.4.1	Considerações gerais	715
2.4.2	Vínculos especiais de parentesco	716
2.4.3	Vínculos especiais de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil	717
2.5	Impedimento em razão de aplicação de sanção administrativa e desconsideração da personalidade jurídica	717
2.6	Impedimento de participação de empresas controladoras, controladas ou coligadas	723
2.7	Impedimento de participação de pessoas condenadas judicialmente por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista	724
3	Participação de empresas em consórcio	725
3.1	Discrecionalidade para permitir a participação de empresas em consórcio	725
3.2	Limitação da quantidade de integrantes do consórcio e do percentual de participação das empresas consorciadas	726
3.3	A constituição do consórcio e regras internas de funcionamento	728
3.3.1	Responsabilidade solidária	728
3.3.2	Liderança	731
3.4	Acréscimo para a habilitação econômico-financeira de consórcio	732
3.5	Substituição de consorciado	733
4	Participação de empresas estrangeiras	735
4.1	Licitação internacional	735
4.2	Igualdade de condições para licitantes nacionais e estrangeiros	735
4.3	Licitações financiadas com recursos de organismos internacionais	739
5	Participação de cooperativas	741
6	Participação de pré-qualificados	745

Capítulo 14

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS		749
1	Princípio do julgamento objetivo	749
2	Modos de disputa: aberto, fechado e combinado	749
2.1	Procedimentos em relação aos modos de disputa	751
2.2	Etapa de lances	752
3	Critérios de licitação	753
3.1	Considerações gerais	753
3.2	Menor preço	753
3.3	Maior desconto	754
3.4	Maior lance	755

3.5	Maior retorno econômico	757
3.5.1	A Instrução Normativa SEGES/ME nº 96/2022	760
3.6	Melhor técnica ou conteúdo artístico	762
3.7	Técnica e preço.....	764
3.8	Critérios para o estabelecimento das notas técnicas	768
3.9	Ciclo de vida	774
4	Desempate.....	777
5	Verificação da conformidade das propostas	779
5.1	Considerações gerais	779
5.2	Momento para verificar a conformidade da proposta e em relação a quais licitantes.....	780
5.3	Apenas as propostas com vícios insanáveis podem ser desclassificadas	783
5.3.1	A oportunidade de saneamento antecede a desclassificação	784
5.4	Verificação da conformidade das propostas em relação ao objeto	785
5.4.1	Amostras ou provas de conceito	785
5.4.1.1	Amostras e prova de conceito em licitação eletrônica	787
5.4.2	Certificação de qualidade.....	788
5.4.3	Declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível equivalente ou superior que tenha adquirido o produto.....	789
5.5	Verificação da conformidade das propostas em relação ao preço	790
5.5.1	Desclassificação de propostas de valores excessivos	790
5.5.2	Negociação	792
5.5.3	Desclassificação de propostas inexequíveis	795
5.5.4	Desclassificação de proposta inexequível em licitação destinada a obra e serviço de engenharia	796
5.5.4.1	O percentual do §4º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021 aplicado às licitações com etapa de lances.....	798
5.5.4.2	O cálculo prescrito no §4º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021 pode ser utilizado como subsídio para identificar proposta inexequível em licitações que não tenham por objeto obra e serviço de engenharia.....	799
5.5.5	Desclassificação de proposta em razão da inexequibilidade ou da excessividade de preço unitário.....	801
Capítulo 15		
HABILITAÇÃO		805
1	Conceito de habilitação	805
2	Princípio da competitividade	805
3	Procedimento para a habilitação na Lei nº 14.133/2021	808
3.1	A ordem procedimental entre julgamento das propostas e habilitação	808
3.2	Preclusão administrativa sobre a habilitação.....	809
3.3	Saneamento de vícios e diligências em habilitação	809
3.4	A exceção procedimental tocante à regularidade fiscal.....	810
4	Requisitos e medidas de pré-habilitação	811
4.1	Declaração de atendimento dos requisitos de habilitação	811
4.2	Garantia	812
4.3	Registro cadastral	813
5	Documentos de habilitação na Lei nº 14.133/2021	814
5.1	Dispensa de documentos de habilitação.....	814
5.2	Inexistência de discricionariedade para exigir outros documentos que não os previstos na Lei nº 14.133/2021	816
5.3	Forma de apresentação dos documentos de habilitação	817
6	Habilitação jurídica.....	818
7	Regularidade fiscal, social e trabalhista	820
7.1	Desvio de finalidade em relação às exigências de regularidade fiscal, social e trabalhista	820
7.2	Regularidade e quitação.....	820
7.3	Documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista	821
7.4	Cotas para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social	821
7.5	Sede ou domicílio do licitante	826
7.6	Pertinência das certidões de regularidade fiscal com o objeto da licitação	826
7.7	As certidões de regularidade e sua verificação por meio eletrônico	828
7.8	Certidão de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal	829
7.9	A certidão negativa de débitos trabalhistas	829
7.10	Cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal	830
8	Qualificação técnica	831
8.1	Considerações gerais	831
8.2	Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.....	832
8.3	Comprovação de experiência por meio de atestados e outros documentos	832
8.3.1	Limitação legal da comprovação de experiência técnico-profissional a obra e serviço.....	833
8.3.2	Limitação legal da comprovação de experiência técnico-operacional a serviço.....	835
8.3.3	Comprovação da experiência em obra e serviço de engenharia	836
8.3.4	Desnecessidade de que o profissional a que faz referência o atestado de capacidade técnica profissional faça parte do quadro permanente do licitante	838
8.3.5	Substituição do profissional referido no atestado de capacitação técnica	839

8.3.6	Os atestados de capacitação técnica somente podem referir-se a parcelas relevantes e de valor significativo do objeto do contrato	840
8.3.7	Exigência de quantitativos mínimos	842
8.3.8	Exigência de atestados com limitações de tempo e de localidades	844
8.3.9	Somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.....	846
8.3.10	Atestados em nome de potencial subcontratada	846
8.3.11	Compartilhamento de experiência por empresas integrantes do mesmo grupo empresarial.....	848
8.3.12	Transferência de acervo técnico em razão de processos de reestruturação societária como fusão, cisão ou incorporação.....	849
8.3.13	A qualificação técnica do consórcio.....	850
8.3.14	A utilização pelas empresas consorciadas dos atestados emitidos em nome do consórcio.....	851
8.3.15	Experiência desabonadora	853
8.4	Disponibilidade de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados	855
8.4.1	Disponibilidade de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados com localização prévia	857
8.5	Atendimento de exigências previstas em lei especial	858
8.6	Inscrição na entidade profissional competente.....	858
8.7	Declaração de conhecimento das informações e condições locais.....	861
9	Qualificação econômico-financeira	863
9.1	Considerações gerais	863
9.2	Balanco patrimonial.....	863
9.2.1	Formalidades para a apresentação do balanço patrimonial	863
9.3	Coeficientes e índices econômicos	866
9.4	Capital social e patrimônio líquido mínimo	868
9.5	Relação de compromissos	869
9.6	Certidão negativa de falência	871
9.6.1	A habilitação de empresas em recuperação judicial	872
9.6.2	Qualificação econômico-financeira do consórcio	873

Capítulo 16

REGISTRO DE PREÇOS.....	875	
1	Noções gerais	875
2	A Administração não é obrigada a firmar os contratos decorrentes da ata de registro de preços.....	877
3	Legislação sobre registro de preços	879
3.1	Regulamentação do registro de preços	880
4	Cabimento do registro de preços	881
4.1	Discrecionariade para a adoção do registro de preços.....	881
4.2	Registro de preços para serviços, inclusive contínuos.....	883
4.3	Registro de preços para obras e serviços de engenharia	885
5	Licitação para promover registro de preços.....	891
5.1	Previsão de quantitativos	892
5.2	Desnecessidade de adequação orçamentária para lançar licitação de registro de preços.....	893
5.3	Intenção de registro de preços: registro de preços compartilhado por mais de um órgão ou entidade administrativa ...	895
5.3.1	Desnecessidade de aprovação pela assessoria jurídica do órgão participante	898
5.3.2	Participação de órgãos de entes federativos diferentes.....	898
5.4	Contratação direta	900
5.5	Cadastro de reserva.....	903
6	Ata de registro de preços.....	904
6.1	Aprovação da ata de registro de preços pela assessoria jurídica	906
6.2	Prazo de vigência e prorrogação da ata de registro de preços	907
6.3	Alteração incidente sobre o objeto da ata de registro de preços	909
6.4	O equilíbrio econômico-financeiro de ata de registro de preços.....	912
6.5	Reajuste e repactuação da ata de registro de preços	918
7	Cancelamento do registro do fornecedor e do registro de preços	920
8	Adesão à ata de registro de preços	921
8.1	Panorama histórico	921
8.2	Inconstitucionalidade da adesão à ata de registro de preços	924
8.3	Limites para a adesão à ata de registro de preços	926
8.4	Procedimento para a adesão à ata de registro de preços.....	928
8.5	Adesão à ata de registro de preços de entidades de esferas federativas distintas.....	932
8.6	A vedação à adesão à ata de registro de preços municipal.....	934
8.7	Adesão à ata de registro de preços com o mesmo objeto de ata de registro de preços mantida pelo órgão ou pela entidade.....	935
8.8	Adesão à mesma ata de registro de preços em mais de uma oportunidade pelo mesmo órgão	935
8.9	Não é permitido aos órgãos gerenciador e participantes aderirem à ata de registro de preços	936
8.10	Aditivos à ata de registro de preços aderida.....	936
9	Remanejamento de quantitativos registrados em ata	937
10	Contrato decorrente de ata de registro de preços.....	938
10.1	Duração dos contratos de prestação de serviços contínuos decorrentes de ata de registro de preços.....	939

Capítulo 17

FORMAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	941	
1	Conceito de contrato administrativo.....	941
2	O fracasso dos contratos administrativos.....	945
3	Contratos regidos por legislação própria.....	949
4	Princípio da vinculação ao edital em relação aos contratos administrativos.....	952
4.1	Contratação em condições diversas das previstas no edital.....	952
4.2	Elementos que admitem contratação em condições diversas das obtidas na licitação.....	954
4.3	Contradição involuntária entre o instrumento convocatório e o contrato.....	955
5	Cláusulas contratuais necessárias no regime da Lei nº 14.133/2021.....	956
5.1	Cláusula contratual de matriz de riscos.....	959
6	O conteúdo dos contratos administrativos nas situações em que a legislação dispensa o termo de contrato.....	960
7	Garantia contratual.....	962
7.1	Espécies de garantia.....	962
7.2	Da conveniência em exigir garantia contratual básica.....	962
7.3	Das modalidades de garantia contratual básica.....	964
7.4	Limite à garantia contratual básica.....	965
7.4.1	O valor da garantia nas hipóteses em que o contratado é depositário de bens da Administração.....	966
7.5	Momento para a apresentação da garantia.....	966
7.6	Cobertura da garantia.....	968
7.7	Desnecessidade de majoração da garantia em razão de alteração do valor do contrato.....	969
7.8	Substituição da garantia.....	969
7.9	Restituição da garantia contratual básica.....	970
7.10	Garantia com cláusula de retomada.....	972
7.11	Garantia adicional.....	975
7.11.1	O valor da garantia adicional.....	976
7.11.2	Inconstitucionalidade da garantia adicional.....	976
8	Direitos autorais sobre projetos ou serviços técnicos especializados.....	977
8.1	A transferência de direitos autorais deve ser prevista no instrumento de contrato e não se presume.....	977
8.2	A faculdade de não previsão de transferência de direitos autorais nos casos de contratos que envolvam sistemas de informática e equivalentes.....	979
8.3	Direitos autorais morais e patrimoniais e a previsão de que a Administração pode alterar obra autoral sem a concordância ou a participação do autor.....	980
9	Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	982
10	A formalização do contrato administrativo.....	987
10.1	O vencedor da licitação não tem direito ao contrato.....	987
10.2	A convocação para contratar e os efeitos da recusa do adjudicatário.....	989
10.3	A forma do contrato administrativo.....	993
10.4	Contrato escrito e contrato verbal.....	994
10.5	Instrumento de contrato e outros instrumentos congêneres.....	995
11	Publicidade do contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).....	997
11.1	Publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a eficácia do contrato e aditamentos.....	999
11.2	Efeito da não publicação do contrato e aditamentos.....	1000

Capítulo 18

DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	1003	
1	Validade, vigência e eficácia dos contratos administrativos.....	1003
2	Prazo de vigência e prazo de execução.....	1004
3	Contrato por prazo certo e contrato por escopo.....	1004
4	A regra geral que vincula a duração dos contratos administrativos aos créditos orçamentários.....	1005
4.1	O prazo de duração referido no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado como prazo de execução.....	1007
5	Contratos cujas despesas são previstas no plano plurianual.....	1008
6	Serviços e fornecimentos contínuos, aluguel de equipamentos e programas de informática.....	1009
6.1	Abrangência da exceção.....	1009
6.2	Requisitos para que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos, aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática sejam firmados com previsão de duração inicial superior ao crédito orçamentário.....	1010
6.3	Extinção antecipada sem ônus para a Administração.....	1011
6.4	Prorrogação de serviços e fornecimentos contínuos.....	1015
6.4.1	Condições para a prorrogação: previsão no edital e manutenção de condições e preços vantajosos para a Administração.....	1016
6.4.2	A prorrogação é ato discricionário e bilateral.....	1019
6.4.3	Os requisitos procedimentais para a prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.....	1019
6.4.4	Prorrogação com efeito de renovação contratual.....	1020
6.4.5	Prorrogação e limites às alterações quantitativas.....	1021
6.4.6	A prorrogação do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021 não se aplica para os contratos de aluguel de equipamento e utilização de programas de informática.....	1022
6.5	Limites de prazos contratuais específicos.....	1022

6.6	Prazo de vigência	1023
6.6.1	Prazo de vigência deve ser determinado.....	1023
6.6.2	A prorrogação automática da vigência dos contratos de escopo.....	1025
6.6.3	Prorrogação de contratos em razão do descumprimento do prazo de execução, com ou sem culpa do contratado	1028
6.6.4	Assinatura de termo aditivo de prorrogação após o término do prazo de vigência.....	1030
7	Duração dos contratos regidos predominantemente pelo direito privado	1032

Capítulo 19

EXECUÇÃO CONTRATUAL.....		1035
1	Importância da fase de execução do contrato	1035
2	O dever da Administração de acompanhar e fiscalizar a execução dos seus contratos	1036
3	O gestor e o fiscal do contrato administrativo	1037
4	Atuação e responsabilidade do fiscal	1039
5	A proibição de recusa à designação para atuar na fiscalização e na gestão de contrato	1042
6	Desvio de função em relação à fiscalização dos contratos administrativos	1045
7	Contratação de terceiro para auxiliar o fiscal do contrato	1046
8	O preposto do contratado	1048
9	Subcontratação.....	1049
9.1	Noções gerais	1049
9.2	Distinção entre subcontratação e cessão	1050
9.3	Condições gerais para a subcontratação	1050
9.4	Impedimento para subcontratação	1052
9.5	A subcontratação não deve abranger as parcelas de maior relevância e de valor significativo do contrato.....	1053
9.6	Pagamento direto à subcontratada	1055
10	Recebimento.....	1057
10.1	Procedimento para o recebimento provisório e definitivo.....	1058
11	Pagamento.....	1061
11.1	Pagamento de parte incontroversa	1063
11.2	Pagamento antecipado	1063
12	A situação de irregularidade fiscal ou previdenciária não autoriza a retenção do pagamento devido pelos serviços executados.....	1067
13	O registro no Cadin não impede a contratação e não autoriza a retenção do pagamento devido pelos serviços executados.....	1071
14	Medidas diante da possibilidade de responsabilização da Administração pelo inadimplemento trabalhista e previdenciário do contratado em terceirização de serviços com dedicação exclusiva de pessoal.....	1072
15	Conta vinculada e pagamento pelo fato gerador	1079
16	Remuneração variável	1080
17	Os pagamentos devem ser realizados de acordo com a ordem cronológica de exigibilidade das faturas.....	1082
17.1	As disposições da Instrução Normativa SEGES nº 77/2022 sobre a ordem cronológica para os pagamentos.....	1085
18	O direito subjetivo dos contratos de exigir que os pagamentos sejam realizados de acordo com a ordem cronológica	1086

Capítulo 20

ALTERAÇÃO INCIDENTE SOBRE O OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO		1091
1	Alteração contratual unilateral como expressão da supremacia do interesse público	1091
2	Alteração contratual é exceção	1091
3	Alterações contratuais provocadas por fatos novos e imprevisíveis e para corrigir defeitos do projeto básico ou documento equivalente	1092
4	Alteração contratual não pode transfigurar o objeto do contrato.....	1094
5	Alterações quantitativas e qualitativas.....	1096
6	Limites às alterações unilaterais quantitativas.....	1099
7	Limites às alterações consensuais quantitativas e às alterações qualitativas	1101
7.1	Crítica à Decisão nº 125/199, do Plenário, do Tribunal de Contas da União.....	1104
8	Proibição de compensação entre acréscimos e supressões	1108
9	Alterações contratuais provocadas por equivocado dimensionamento de quantitativos em regime de empreitada por preço global.....	1111
10	Alterações contratuais em contratação integrada e semi-integrada.....	1117
11	Relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base para aditivos que importam ingresso de novos itens	1120
12	Diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência.....	1121
13	Limites às alterações contratuais em contratos cujos quantitativos e valores são meramente estimados	1123
14	Os limites às alterações devem ser calculados de acordo com o parâmetro de julgamento.....	1124
15	Alteração contratual e direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato	1125
16	Indenização em caso de supressão do objeto	1126
17	Formalização da alteração contratual.....	1127
18	Antecipação dos efeitos da alteração contratual.....	1128
18.1	Considerações introdutórias.....	1128

18.2	Formalização da antecipação dos efeitos da alteração contratual	1133
18.3	A antecipação dos efeitos da alteração contratual e os direitos patrimoniais do contratado	1135

Capítulo 21

EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO		1137
1	Direito constitucional ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos	1137
1.1	Limitações decorrentes do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal sobre a competência do Poder Legislativo e da Administração Pública para dispor sobre o direito ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos	1138
1.1.1	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro vale para todos os contratos da Administração Pública	1138
1.1.2	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato é de todas as partes contratantes	1139
1.1.3	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro como reserva de proteção ao contratado em face da superioridade da Administração	1140
1.1.4	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro não depende da inviabilização do contrato ou do contratado passar a incorrer em prejuízo	1140
1.1.5	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro é referente ao momento da apresentação da proposta	1141
1.1.6	Implicação constitucional: não deve haver hiatos de desequilíbrio econômico-financeiro	1141
2	A conformação do equilíbrio econômico-financeiro por meio da Lei nº 14.133/2021	1142
2.1	A abrangência da sistemática da Lei nº 14.133/2021 sobre equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos	1142
2.2	O reconhecimento legal do direito ao equilíbrio econômico-financeiro como reserva de proteção ao contratado em face da superioridade da Administração	1142
2.3	Instrumentos da Lei nº 14.133/2021 para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	1143
3	A conformação do equilíbrio econômico-financeiro por parte da Administração por meio da matriz de riscos	1144
4	Reajuste	1147
4.1	Conceito de reajuste	1147
4.2	A Administração deve dispor de critério de reajuste no edital e no contrato	1148
4.3	Ausência de previsão de reajuste no edital e no contrato	1148
4.4	Prazo para o reajuste deve ser contado da data do orçamento estimado	1151
4.5	A anualidade do reajuste	1153
4.6	Reajuste deve ser concedido de ofício	1157
4.7	Pagamento do reajuste retroativo caso a Administração o reconheça posteriormente	1158
4.8	Reajuste anterior à assinatura do contrato	1159
4.9	Forma de reajustamento	1160
5	Repactuação	1161
5.1	Conceito de repactuação	1161
5.2	Demonstração analítica de aumento dos custos	1163
5.3	Fragmentação da repactuação em relação aos custos de mercado e aos custos de mão de obra	1165
5.4	Fragmentação da repactuação em contratos que envolvem mais de uma categoria profissional	1165
5.5	Procedimento para a repactuação	1166
5.6	Efeitos retroativos da repactuação	1167
6	Revisão	1167
6.1	Conceito de revisão	1167
6.2	Revisão não depende de autorização em edital ou em contrato	1168
6.3	Não há periodicidade mínima para a revisão	1168
6.4	Pressupostos para a revisão do contrato	1169
6.4.1	Considerações gerais	1169
6.4.2	Majoração dos encargos do contratado em decorrência de ato ou fato da Administração contratante	1169
6.4.3	Teoria da imprevisão	1170
6.4.3.1	A teoria da imprevisão da Lei nº 14.133/2021 é substancialmente diferente da teoria da previsão do Código Civil	1171
6.4.3.2	Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior e fato do príncipe	1172
6.4.4	O desequilíbrio econômico-financeiro pressupõe evento que causa impacto na equação econômico-financeira	1174
6.5	A revisão contratual não deve ser concedida de ofício	1178
6.6	Efeitos do reconhecimento do direito à revisão	1178
6.7	Revisão anterior à assinatura do contrato	1179
6.8	Procedimento para a revisão	1180
6.9	A apuração do novo preço do contrato decorrente da revisão	1181
7	O fim da vigência contratual ou a celebração do termo aditivo de prorrogação importam na preclusão do direito ao equilíbrio econômico-financeiro	1181
8	Preclusão lógica, boa-fé contratual e <i>venire contra factum proprium</i> em relação aos aditivos contratuais	1187

Capítulo 22

EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		1191
1	Extinção normal e anormal dos contratos administrativos	1191
2	Nulidade	1191

2.1	A nulidade não exonera a Administração da obrigação de indenizar o contratado.....	1194
2.2	Demais hipóteses de extinção anormal do contrato administrativo prescritas na Lei nº 14.133/2021.....	1198
3	Hipóteses de extinção administrativa	1198
3.1	Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais	1198
3.2	Desatendimento das determinações regulares do fiscal ou do gestor do contrato	1199
3.3	Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada.....	1199
3.4	Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.....	1200
3.5	Caso fortuito e força maior	1201
3.6	Atraso na licença ambiental e liberação de área ou alteração substancial de projeto dela resultante.....	1201
3.7	Interesse público.....	1203
3.8	Descumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz	1204
4	Processo administrativo para a extinção no interesse da Administração	1204
5	Efeitos da extinção administrativa.....	1207
6	Hipóteses de extinção judicial	1210
6.1	Supressão unilateral acima do limite legal.....	1210
6.2	Suspensão da execução do contrato	1211
6.3	Exceção do contrato não cumprido	1213
6.4	Não liberação pela Administração de condições a cargo dela para a execução do contrato	1216
7	Efeitos da extinção judicial ou por arbitragem	1216
8	Os efeitos da extinção de contrato fundada em interesse público.....	1218
9	Extinção consensual.....	1219
10	Extinção anormal do contrato administrativo por meio de condição resolutiva, inclusive com previsão em matriz de riscos	1222

Capítulo 23

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS EM LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO ADMINISTRATIVO.....		1225
1	Noções gerais	1225
2	Advertência	1226
3	Multa	1227
3.1	Noções gerais	1227
3.2	Multa moratória e compensatória.....	1229
3.3	Limites e parâmetros para a fixação das multas.....	1231
3.4	Aplicação da multa	1232
3.5	Parcelamento dos valores devidos a título de multa	1233
4	Impedimento de licitar e contratar	1234
5	Declaração de inidoneidade	1235
5.1	A alternativa entre o impedimento de licitar e o impedimento de contratar.....	1235
5.2	Declaração de inidoneidade é sanção de dimensão nacional	1236
6	Tipicidade.....	1238
6.1	A correlação apriorística dos tipos abertos com as sanções.....	1240
7	Proporcionalidade e dosimetria	1242
8	Processo administrativo	1249
9	Reabilitação	1255
10	Desconsideração da personalidade jurídica.....	1257
11	Efeitos das penalidades sobre contratos firmados anteriormente	1258
REFERÊNCIAS.....		1261